

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE CURSO DE
HISTÓRIA LICENCIATURA

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS ARAÚJO

NA MIRA DO ESTADO: A “OPERAÇÃO PEDERASTA” E O HIGIENISMO
MORAL-SEXUAL E DE CLASSE NA DITADURA CIVIL-MILITAR EM MACEIÓ, AL
(1960-1970)

MACEIÓ, AL
2024

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS ARAÚJO

**NA MIRA DO ESTADO: A “OPERAÇÃO PEDERASTA” E O HIGIENISMO
MORAL-SEXUAL E DE CLASSE NA DITADURA CIVIL-MILITAR EM MACEIÓ, AL
(1960-1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Elias Ferreira Veras

MACEIÓ, AL

2024

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS ARAÚJO** é AUTOR do capítulo: **Na mira do Estado: a "Operação Pederasta" e o higienismo moral-sexual e de classe na ditadura civil-militar em Maceió, AL (1960-1970)**. Esse capítulo integra a obra *(In)desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (Século XX)*, de Elias Ferreira Veras e Roberta dos Santos Sodó (Org.), faz parte do acervo da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal) e pode ser depositado no Repositório Institucional da Ufal (RIUfal).

Maceió, 04 de dezembro de 2024.

Fernanda Lins de Lima
Coordenadora Editorial da Edufal

Elias Ferreira Veras
Roberta dos Santos Sodó
(Org.)

Homossexuais protestam
contra reportagem que
denuncia o roteiro-gay

União das Mulheres faz
protesto contra estupro

DEMOCRACIA
RACIAL?
NADA DISSO!

Lêla Gonzales
(Transcrito da Revista Mulheres)



[IN] DESE JA VEIS

LGBTQIA+ E FEMINISMO
NA IMPRENSA DE ALAGOAS
(SÉCULO XX)

Homem-mãe já foi visitado
por 5 mil e laudo médico
revoltou o povo de Lajes

terreno baldio é reduto
de gente desclassificada
mariposas numa noite

componentes do Núcleo da
Patriótica sob o comando
do capitão Nilton Rocha e
do tenente Manoel Romaldão,
percorreram diversas ruas da
cidade, na noite de ontem.

A frequência das "mariposas"
pelas ruas da cidade, notadamente
à noite, está tornando-se
um vício, com a consequente
destruição de todos os lugares
que existiam no bairro.

vendidas ao Primeiro Distrito
de Polícia da Capital, ficando
à disposição do bacharel
Valter Moreira. Dele
gado do plano na noite de
ontem, agendadas horas

Edufal

Catálogo na fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal

Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecário Responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4 – 1633

I38 (In)Desejáveis : LGBTQIA+ e Feminismo na imprensa de Alagoas (séculoXX) / Elias Ferreira Veras, Roberta dos Santos Sodó (Org.). — Maceió : Edufal, 2024.
513 p. : 22 cm

Inclui bibliografia.

ISBN- 978-65-5624-273-6 E-book

1. LGBTQIA+. 2. Imprensa em Alagoas. 3. Feminismo I. Título.

CDU: 94(813.5)

**Direitos desta edição reservados à Edufal -
Editora da Universidade Federal de Alagoas**

Av. Lourival Melo Mota, s/n

Campus A. C. Simões

Centro de Interesse Comunitário - CIC

Cidade Universitária, Maceió/AL

CEP: 57072-970

Contatos: www.edufal.com.br

contato@edufal.com.br

(82) 3214-1111/1113

Editora afiliada



Na mira do Estado: a “Operação Pederasta” e o higienismo moral-sexual e de classe na ditadura civil-militar em Maceió, AL (1960-1970)

Paulo Henrique dos Santos Araújo

*Para meus amigos e familiares, que fizeram
essa jornada da escrita menos dura e mais
afetuosa.*

*Para Paula Palamartchuk, por todas as
madrugadas, noites e qualquer tempo.
Para guardar no eterno o coração do outro.
In memoriam*

Introdução

Este capítulo é fruto de uma pesquisa realizada sob a minha perspectiva, enquanto um jovem bissexual que migrou de Arapiraca, no interior de Alagoas, para Maceió no início da graduação. Vim para pesquisar e produzir historiografia sobre a população LGBTQIAPN+ no curso de His-



tória, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). No entanto, de forma consciente ou inconsciente, também buscava vivenciar outras sociabilidades de vida e de existências que não eram possíveis naquela localidade. Assim como centenas de pessoas que, nos anos 1960 e atualmente, para fazer a mobilidade metafórica de “saída do armário”, ou seja, assumir publicamente uma identidade sexual ou de gênero dissidente, precisaram fazer uma migração física para conseguir realizar esse processo (Paulo Jorge Vieira, 2011). Nesse sentido, proponho escrever uma historiografia sobre as minhas múltiplas ancestralidades, marcadas pela sexualidade, raça, classe e pela perspectiva de uma pessoa interiorana.

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964 a 1985), as políticas de perseguição e controle social não se limitaram à oposição política; elas também se estenderam às dissidências sexuais e de gênero. A repressão estatal contra homossexuais, travestis, prostitutas, migrantes e outros grupos marginalizados foi intensificada e legitimada pelo Estado, refletindo as visões conservadoras e moralistas da elite dominante. Essa perseguição e sua institucionalização são continuidades de práticas estruturantes da história do Brasil.

A ditadura civil-militar não inaugurou a perseguição às pessoas que não se enquadravam no projeto cisheteronormativo (Letícia Nascimento, 2021) da classe dominante. No Brasil, as ações de controle e repressão vêm de períodos anteriores da nossa história, atrelando-se aos discursos médico-legais, que classificavam a homossexualidade como uma patologia; às religiões de matriz cristã, que associavam a homossexualidade ao pecado; e, ainda, à retórica da burguesia, que descrevia a homossexualidade como uma faceta sexual do comunismo para destruir a organização familiar nuclear burguesa (Benjamin Cowan, 2021). Contudo, com a ditadura militar essas ações foram sistematizadas, institucionalizadas e legitimadas pelo Es-

tado brasileiro, que incorporou o projeto sexual e a moral da elite, participante ativa do golpe de 1964.

Este capítulo tem como objetivo debater o papel do Estado na perseguição e no higienismo moral-sexual e de classe durante a ditadura civil-militar, especialmente em relação aos homossexuais e às travestis trabalhadoras migrantes em Maceió. Analiso como a ditadura influenciou as políticas e práticas de controle social na cidade, bem como as estratégias de resistência adotadas pelos migrantes LGBTQIAPN+ para enfrentar essas condições e reivindicar seu direito à liberdade.

Neste capítulo, pretendo realizar uma análise historiográfica da “Operação Pederasta”, conduzida pela Secretaria de Segurança do Estado de Alagoas em colaboração com o município de Maceió. Essa operação teve início em 1969 e visava, de forma sistemática e institucionalizada, perseguir, prender, constranger e, possivelmente, expulsar homossexuais, travestis e outros corpos dissidentes da capital alagoana. A “Operação Pederasta” evidencia a organização repressiva do Estado, que encarava as dissidências sexuais e de gênero como uma ameaça à moralidade pública e à ordem estabelecida. Para compreender esse contexto, é necessário examinar o contexto político da época, marcado pelo autoritarismo da ditadura militar no Brasil.

É preciso pensar a cidade de Maceió como um espaço criado pela humanidade e gerido pelo Estado com base em seus valores éticos, culturais, estéticos e morais. No livro *Cidades rebeldes: do direito à revolução urbana*, David Harvey (2014) traz algumas reflexões sobre a cidade e o direito a ela no sistema capitalista. Embora o geógrafo David Harvey esteja pensando sobre a organização social das cidades, principalmente da Inglaterra, podemos trazer parte de sua obra para refletir sobre a realidade de Maceió. Para Harvey, o direito à cidade é o direito de mudar e reinventar a cidade e a nós mesmos a partir dos nossos mais

profundos desejos, que pode ser modificado principalmente por meio de movimentações coletivas.

Até a segunda metade do século XX, a migração interestadual no Brasil era impulsionada principalmente por fluxos rurais para urbanos (Fernanda Fortes de Lena, 2022). A demógrafa Fernanda Fortes de Lena, em sua tese *Internal Migration Trajectories of Sexual Minorities in Brazil / Trajetórias migratórias de minorias sexuais no Brasil* (2022), afirma que o processo de migração não pode ser analisado isoladamente de seu contexto histórico. Muitas vezes, ele é influenciado pelas desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelos migrantes em seus territórios de origem. Fernanda também argumenta que sujeitos conhecidos hoje como LGBTQIAPN+ preferem migrar para espaços onde possam vivenciar sua sexualidade e gênero com mais liberdade, algo que muitas vezes não é possível em seus locais de origem.

Usando argumentos de David Harvey e Fernanda Lena, analiso neste texto aspectos da migração de homossexuais e travestis para a cidade de Maceió no final da década de 1960. Esses sujeitos possivelmente buscaram espaços para se reinventar e viver sua identidade sexual e de gênero de forma livre, apesar da ditadura civil-militar que assolava o país. Consequentemente, essa migração possibilitou a reinvenção de Maceió, com a presença de corpos considerados indesejáveis pela ordem sexual e moral do estado ditatorial, ocasionando repressão, censura, controle, perseguição, prisão e morte.

Ditadura, homossexualidades e repressão

A repressão policial aos homossexuais e aos demais sujeitos que não se integravam ao projeto sexual-moral ditatorial cisheteronormativo se intensifica pelo território brasileiro a partir de 1969, logo em seguida ao decreto do Ato Institucional n. 5,

que representou o endurecimento do regime. O decreto tinha como objetivo preservar “a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos” (Brasil, 1968). Com a institucionalização dos ideais e princípios do golpe de 1964, o Estado intensificou as ações de destruição das sociabilidades entre homossexuais, travestis e prostitutas (Renan Quinalha, 2017).

Ainda que a perseguição existisse nos anos pré-golpe, alguns poucos espaços de sociabilidade ainda eram reservados – não sem tentativa de controle e censura – aos homossexuais e travestis, dentre os quais podemos citar: as festividades do carnaval, bares, eventos fechados voltados para o público gay e algumas profissões que estavam associadas à performance de feminilidade. As obras *Além do carnaval*, de James Green (2019), e *Devassos no paraíso*, de João Silvério Trevisan (2007, 2018), mostram isso para os casos das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esses espaços foram reduzidos com a repressão generalizada da ditadura, com a retirada das liberdades democráticas, reduzindo não somente a articulação de grupos em torno das pautas homossexuais, como também a possibilidade de ampliação de experiências e sociabilidades de outras identidades e orientações sexuais que no fim dos anos 1960 começavam a aparecer em movimentos de contestação pela Europa e pelos Estados Unidos.

Ainda que no Brasil a homossexualidade e a transexualidade nunca tenham sido crimes, a repressão da ditadura não se furtou de achar meios legais e ilegais para prender e perseguir essa comunidade. Em todo território nacional, era utilizado o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais, mais conhecida como “lei da vadiagem” para prender, perseguir e criminalizar os sujeitos “indesejáveis” conhecidos hoje como LGBTQIAPN+. Essa prática ampliou o número de prisões durante o período, sendo

demandada, muitas vezes, por comerciantes e moradores que se incomodavam com a presença dos “indesejáveis” ocupando o centro da cidade. A “Operação Limpeza”, uma das mais conhecidas, se organizou a partir dessa lógica higienista no intuito de prender, reprimir e expulsar prostitutas, travestis e homossexuais do centro de São Paulo por meio de rondas em lugares considerados de sociabilidade homossexual, travesti e de prática da prostituição (Rafael Ocanha, 2018).

Segundo Renan Quinalha (2017), a situação do Rio de Janeiro não era tão diferente. O Estado utilizou o mesmo artifício da “vadiagem” para prender e extorquir prostitutas, travestis e homossexuais em zonas de sociabilidade, usando estratégias ilegais mesmo quando essas pessoas portavam documentos que comprovavam trabalho e renda fixa. Existiu uma operação que atuava, especificamente, na região da Lapa, no Rio de Janeiro, focando na prisão e na “limpeza” moral-sexual daquele espaço considerado “sujo”, a partir da lógica racista e classista da ditadura. Ainda segundo Quinalha, o Estado se organizou para criar a medida de prisão cautelar na legislação penal, precedendo ao crime de vadiagem, que é utilizada pela ditadura no mesmo período para prender esses sujeitos.

Pode ser ressaltada também a resistência das travestis, homossexuais e prostitutas para fugir da prisão, realizando movimentações nas delegacias e utilizando métodos que variavam entre pagamento de policiais, realização de programas e outras formas de resistência. No ensaio “‘Jango Jezebel’, fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil?” (2023), Helena Vieira aborda a condição do historiador e do fazer história e historiografia diante da disputa ideológica cisheteronormativa, enfatizando a importância da ação coletiva presente na memória dos corpos transsexuais e travestis na ditadura civil-militar.

Contudo, cabe observar que aquelas identidades constituídas e sustentadas por aparatos normativos possuem uma “reserva mitológica”, ou seja, um acúmulo de modelos no tempo que servem para a autoidentificação ao longo da existência de cada sujeito; modelos do passado que se projetam para o presente e o futuro [...] para as formas de vida e identidades marginalizadas, há um esvaziamento constante dessa reserva mitológica e histórica. Ou ainda uma reserva mitológica negativa, que produzirá constante enfraquecimento social e miséria subjetiva (Vieira, 2023, p. 175).

Além disso, Helena Vieira nos lembra que precisamos ter uma visão mais complexa sobre a ideia de violência e perseguição sofrida pelas pessoas dissidentes da cisheteronorma durante os “anos de chumbo” da ditadura militar, lembrando-nos das microviolências cotidianas sofridas por pessoas trans, travestis e identidades marginalizadas nas cidades. Ao longo do texto, uma categoria que condensa o pensamento moral e sexual da ditadura nos é apresentada. Ela explora a ideia do “corpo nacional”, disputado pelo Estado e as organizações políticas que ou relegaram as identidades sexuais e de gênero dissidentes ou as entenderam como símbolos de fraqueza.

Como nos mostra o historiador Elias Veras (2017) no livro *Travestis: carne, tinta e papel*, nessa época configurou-se o dispositivo do estigma travesti. Tal dispositivo se constitui por meio de uma série de discursos e práticas heterogêneas que, dentre outras estratégias, se vale dos meios de comunicação na construção que associou e continua associando e estigmatizando as travestilidades e as homossexualidades, atribuindo-lhes graus de patologia, marginalidade e criminalidade. O discurso do estigma nos é apresentado pelo historiador a partir das representações e aparições de travestis durante a ditadura

civil-militar por meio das páginas de jornais de Fortaleza que retratavam esses corpos nos espaços públicos com escárnio, mostrando o caráter LGBTQIAPN+fóbico dessa construção. Ela também pode ser encontrada em jornais de Alagoas.

No capítulo “‘Bonecas: faxina depois do desfile’: a atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira (1968 a 1978)”, o historiador Kleber José Fonseca Simões (2021) relata a atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão de corpos dissidentes durante a ditadura civil-militar brasileira. Kleber Simões analisa os anos de chumbo da ditadura militar, focando na imprensa e na representação das prisões das travestis nas páginas policiais dos jornais.

O autor destaca que produzir uma análise sobre instituições públicas brasileiras durante a ditadura militar é muito difícil porque, por mais que tenhamos acesso a alguns documentos do período, alguns documentos desapareceram no processo de transição da ditadura, quando órgãos deixaram de existir ou ainda existem, mas sem acervo. Em outros casos, esses documentos foram apagados, fazendo com que nós, pesquisadores, precisemos recorrer ao levantamento de jornais. Desse modo, Kleber recorre aos jornais *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*, enquanto neste capítulo recorro ao levantamento dos jornais *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas* nos períodos de 1969 e 1970, buscando evidências das nossas existências e da repressão estatal contra os nossos corpos em Maceió.

As manchetes de violência sistematizada por operações contra homossexuais e travestis começaram a ganhar as páginas dos jornais de Salvador no ano seguinte à promulgação do AI-5, marcando o endurecimento e a radicalização do golpe militar. Conforme destacado por Kleber, a visibilidade das ações de perseguição e repressão de pessoas LGBTQIAPN+ na impren-

sa pode ser entendida como uma forma de fortalecimento de diversos aparelhos, instrumentos, instituições e práticas que buscavam consolidar o projeto de estado autoritário da ditadura militar. Em Alagoas, por sua vez, a perseguição aos “inde-sejáveis” começa também a ganhar as páginas dos jornais em Maceió, e o Estado inicia suas ações higienistas para reprimir e expulsar essas pessoas da vida pública da cidade.

Mesmo que possamos encontrar semelhanças nas representações da imprensa, no processo de perseguição aos corpos LGBTQIAPN+ em todo o território brasileiro durante a ditadura civil-militar, como apresentado no início deste capítulo, precisamos fazer as diferenciações necessárias para entender como isso se dá fora do eixo Sudeste e das grandes capitais do Nordeste. Aqui, trago o processo de migração e ocupação dos homossexuais e das travestis na cidade de Maceió, vindas do interior do estado para se reinventar e, consequentemente, reinventar a cidade, fazendo um enfrentamento ao modelo urbanístico, moral, sexual, racista e classista que os agentes locais da ditadura pensavam para Maceió. Esse movimento foi um fator possível para a criação de uma política institucional do Estado para reprimir e expulsar essas pessoas da cidade.

“Operação Pederasta” em Maceió

A Maceió dos anos 1970 tem um fluxo de crescimento intenso, ocasionado pelo processo migratório de pessoas da zona rural de Alagoas em busca de melhores condições materiais de trabalho e de vida, tanto objetivas quanto subjetivas, para viver outras sociabilidades (Marcelo Augusto de Almeida Teixeira, 2015). Quando falamos sobre processo migratório, pensamos muitas vezes na busca de melhor qualidade de trabalho e de vida, de forma abstrata. Neste capítulo, proponho pensar esse processo como uma busca não só por melhores condições de

trabalho, mas também pela busca por uma nova sociabilidade por parte de homossexuais e outras dissidências de gênero e sexualidade trabalhadoras. Em seu artigo “‘Metronormatividades’ nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil”, o arquiteto Marcelo Augusto de Almeida Teixeira (2015) debate o contexto do aumento populacional de migrantes para além de uma lógica homogênea cisheteronormativa, interseccionando os marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça e classe que leva os sujeitos a migrarem de seus territórios.

Marcelo Teixeira (2015) pensa os migrantes para além de uma massa universal cisheterossexual que se movimenta apenas em busca de melhores condições de trabalho e ascensão econômica. Precisamos considerar a sociedade em que vivemos de forma heterogênea e a migração como um reflexo disso, baseada em necessidades individuais que atravessam os marcadores sociais nos quais esses sujeitos estão inseridos e que visam muito mais do que somente benefícios econômicos.

Ser mulher, transgênero ou homossexual imbrica-se em ser migrante para além das necessidades econômicas. Desta forma, a subjetividade sexual converte-se em mola propulsora do ato de migrar, sendo reconfigurada durante a trajetória do indivíduo de maneira contínua (Teixeira, 2015, p. 25).

O crescimento da área urbana de Maceió foi sintomático, aumentando de 24% em 1940 para 40% em 1970 (Crislanne Maria dos Santos, 2023). Essa ocupação subverteu a lógica habitacional pensada pelos agentes locais da ditadura, que afirmavam que a cidade não era capaz de lidar com o aumento populacional. No entanto, esse aumento não foi acompanhado por políticas eficazes por parte da prefeitura para lidar com o fluxo de migrantes. Assim, como resultado, surgiram ocupações infor-

mais, dando origem a periferias como mostra a dissertação de Crislanne dos Santos, *“As mariposas pousam ao entardecer”*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980).

Crislanne dos Santos explica que havia um incômodo nos agentes locais da ditadura civil-militar em Maceió, baseado no que eles chamavam de “desordem urbana” criada pelo processo migratório, que causava um “inchaço populacional” e, consequentemente, o surgimento de ocupações urbanas. Formavam-se algumas novas periferias que abrigavam esses corpos “indesejáveis” que migravam para Maceió. Havia uma tentativa de enquadrar os espaços urbanos da cidade no ideal estético e urbanístico da ditadura civil-militar e, por consequência, controlar, separar e expulsar aqueles e aquelas que não faziam parte desse projeto estético, sexual e moral.

Seguindo a lógica de inserir a cidade de Maceió no modelo de poder da ditadura, com a justificativa questionável de que a cidade não podia comportar mais habitantes, o estado de Alagoas, em parceria com a prefeitura de Maceió, seus agentes e a elite local, começava a organizar “rondas violentas” para enquadrar e perseguir os “indesejáveis”. Nesse sentido, o jornal *Gazeta de Alagoas* destaca:

RONDAS VIOLENTAS EM MACEIÓ

“Rondas violentas” foi a ordem dada pelo 2º Delegado da Capital aos seus subordinados, na reunião em que manteve na manhã de ontem naquela Distrital [...]

“RONDAS VIOLENTAS”

Na solicitação que formulou aos presentes sobre “rondas violentas”, o bel [...] salientou que assim se expressou no sentido que as batidas venham a ser efetuadas diariamente, devendo os policiais se voltarem para os indiví-

duos que perambulam altas horas da noite [...] (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 nov. 1969, p. 2).

A cobertura das operações começou a circular nos dois maiores jornais da época, *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas* a partir de novembro de 1969, com foco específico na perseguição a homossexuais, travestis, prostitutas, crianças e adultos em situação de rua, além de outros grupos marginalizados que transitavam por Maceió. Dentre as ações policiais, destacamos a “Operação Papai Noel”, “Operação caça-mendigo” e a “Operação Doméstica”. Sobre a “Operação caça-mendigo”, o *Jornal de Alagoas* informa:

“OPERAÇÃO CAÇA-MENDIGO” SERÁ DESFECHADA

“Operação caça-mendigo” poderá vir a ser executada em nossa Capital nos próximos dias de maneira idêntica a uma recentemente levada a efeito em Recife, quando grande número de esmolés foram conduzidos pela polícia, para um abrigo.

Atualmente nossa Capital vem sendo enfeitada de pedintes e cenas deprimentes estão sendo constantemente observadas por transeuntes, quando seres humanos morrem nas calçadas, por falta de amparo.

ESTUDADO

As autoridades competentes devem estudar meios de levar avante a fórmula para a solução imediata do problema, uma vez que o mesmo atinge diretamente nossa população. Grande é o número de pedintes que vivem perambulando pelas ruas da cidade, em busca da caridade do próximo a fim de conseguirem seu sustento.

Por outro lado, vale frisar que nas últimas cheias ocorridas em nosso Estado, grande foi o número de esmolés que tentaram conseguir abrigo na Pecuária, onde se en-

contravam os flagelados, uma vez que ali eles sabiam que não somente teriam agasalhos e alimentação, mas também assistência médica (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 nov. 1969, p. 2).

A “Operação Doméstica”, por sua vez, conforme demonstra Crislanne dos Santos (2023), criminalizou e perseguiu mulheres que praticavam a prostituição e/ou trabalhadoras domésticas associadas a ela, em sua maioria negras, que ocupavam os espaços públicos da cidade. Essas mulheres eram apreendidas nas ruas, como mostra a notícia do *Gazeta de Alagoas*:

SEGURANÇA PÚBLICA NA “OPERAÇÃO DOMÉSTICA”

Por determinação da Secretaria de Segurança Pública, o Major [...] está prendendo todas as domésticas que permanecerem nas ruas da cidade depois das 22 horas.

A “Blitz” está sendo promovida por aquele militar, acompanhado por alguns soldados da Companhia Metropolitana de Policiamento Ostensivo. Dente todos os locais são os situados defronte à Estação Ferroviária e nas proximidades do Edifício Brêda.

As domésticas presas são levadas para a delegacia do Primeiro Distrito, onde possivelmente são ouvidas pelo delegado de plantão logo depois cadastradas por vadiagem. A “Blitz” teve início na noite de anteontem, devido as inúmeras queixas chegadas nas delegacias distritais.

JIPE DA PMA

“Busca às domésticas” está sendo feita num jipe da Polícia Militar de Alagoas, sob o comando do Major [...]. Ontem, pela madrugada, algumas foram presas e conduzidas para a delegacia do Primeiro Distrito, onde foram ouvidas pelo cel. [...], delegado de plantão, que, após in-

terroga-las colocou-as em liberdade (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 2 nov. 1969, p. 5).

Não demorou muito para que, além das pessoas em situação de rua, homossexuais e travestis também ganhassem espaço na lista dos/as “indesejáveis” ocupando as ruas de Maceió, estampando as manchetes dos periódicos *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*. Em 23 de outubro de 1969, aparece esta notícia nas páginas policiais do *Jornal de Alagoas*:

HOMOSSEXUAIS AGRIDEM NO FAROL: POLÍCIA TOMARÁ PROVIDÊNCIAS

Dizendo ter sido agredido por 4 homossexuais quando trafegava na noite de anteontem pelas proximidades do Hospital dos Usineiros, esteve ontem no 1º Distrito da Capital, para prestar queixa, o jovem J. A. dos S. residente na rua Íris Alagoense, 349, Farol.

Ainda em suas declarações revelou ter ficado completamente desnudo e somente não sofreu qualquer ação física graças à intervenção do Vigia daquela casa hospitalar, que pôs em fuga os homossexuais.

IDENTIFICOU

Segundo a queixa ali registrada, os 4 homossexuais se encontravam vagando por aquele local com pouca roupa. Por volta das 2 horas da madrugada regressava para a sua residência, quando foi abordado pelos mesmos, que passaram a lhe seguir com propostas indecorosas até certo ponto, quando então avançaram sobre si e rasgando as vestes.

Disse ainda o jovem que tais elementos são conhecidos no Farol pela alcunha de “Wanderléia”, “Naisa” e “Elena”, todos residentes do bairro de Ponta Grossa.

PROVIDÊNCIAS

Por outro lado, o delegado R. L. revelou que tais elementos podem ser os mesmos que há cerca de um mês atrás andavam completamente nus pelos Bairros de Ponta Grossa e Vergel do Lago, sempre sumindo em um veículo “Volkswagen”. Também algumas estudantes universitárias já se depararam com tais elementos na ladeira da catedral quando se dirigiam para suas residências.

Frisou ainda que agora poderá efetuar a prisão dos mesmos, visto ter facilidade para os identificar através dos apelidos que costumam usar (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 23 out. 1969, p. 2).

É possível imaginar que a ação denunciada foi levada à Secretaria de Segurança de Alagoas, que já realizava a “operação doméstica” e percebeu que precisaria estender sua atuação para lidar com mais um grupo de indesejáveis que “infestavam” as ruas de Maceió nas madrugadas. Dias depois da manchete publicada no *Jornal de Alagoas*, o mesmo jornal voltou a publicar uma matéria que dá nome a este ensaio:

PEDERASTAS QUE INFESTAM CIDADE ESTÃO NA MIRA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA

Dentro da “Operação Doméstica”, o major J. A. efetuará batidas pelos bairros da capital no sentido de efetuar a prisão de pederastas, que vêm enfestando nossa Capital, conforme denúncias chegadas diretamente na Secretaria de Segurança Pública.

Também indivíduos que perambulam altas horas da madrugada pela cidade, sem documentos serão recambiados para o 1º Distrito da Capital onde serão trancafiados. Entre as queixas chegadas a Secretaria de segurança, consta de jovens que foram agredidos por homossexuais

quando regressavam da Expona para suas residências segundo os denunciantes. Os pederastas estão geralmente se reunindo na praia do Sobral, nas proximidades do posto de salvamento e imediações do colégio São José além de alguns estabelecimentos comerciais localizados no parque Rodolfo Lins.

Altas horas da noite, tais elementos passam se agrupar e não somente jogar pilhérias com aqueles que passam, mas também a conversarem pornografias, vindo a molecagem famílias que se encontram em repouso. Na madrugada de hoje o major J. A. iniciou as batidas contra os indesejáveis cujo número a cada dia, aumenta e os quais demonstram as suas versatilidades em plena via pública (*Jornal de Alagoas*, Maceió, 13 nov. 1969, p. 2).

A matéria utiliza o termo “infesta” para se referir à ocupação de homossexuais em espaços públicos de Maceió. Esse termo explicita a visão da imprensa e do Estado sobre as dissidências de gênero e sexualidade que migravam, ocupavam e subvertiam a cidade de Maceió. Para eles, homossexuais e travestis eram “pragas” que precisavam ser exterminadas para garantir uma limpeza moral, sexual e de classe na cidade, de forma que ela se enquadrasse na lógica ditatorial da ditadura civil-militar brasileira.

Em *Além do carnaval*, James Green (2019) traz alguns dados interessantes sobre o processo de migração da população das zonas rurais para os centros urbanos, que passa pelo crescimento demográfico entre as décadas de 1945 e 1969. Nesse contexto, Green faz referência a homossexuais de classe média que, sofrendo repressões nos seus locais de origem em cidades menores, acabam buscando refúgio nos grandes centros, trazendo também a importância da migração dos homossexuais do interior para áreas urbanas para conseguirem viver uma sociabilidade LGBTQIAPN+. Em busca de bailes e mais espaços que

surgiam na ebulição da subcultura gay, que crescia no Sudeste, essas pessoas procuravam viver sua sociabilidade homossexual e fugir da repressão social e familiar, apesar da ainda existente repressão da ditadura civil-militar.

Mas o que restava para os homossexuais e travestis pertencentes à classe trabalhadora nas zonas rurais que não podiam se aventurar ou não conseguiam migrar para grandes centros como o Rio de Janeiro e São Paulo? Para onde migravam os homossexuais e travestis do interior de Alagoas que eram expulsas das casas de seus familiares? Para onde essas pessoas foram em busca de melhores condições de vida e de sociabilidade homossexual e travesti?

Em “‘Invasão de mariposas e pederastas’: sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) (1970)”, capítulo presente nesta obra, Isaac Freitas da Silva Filho traz espaços da sociabilidade homossexual e travesti na cidade de Maceió. Ele também nos mostra como a imprensa encarava a ocupação desses espaços pelas dissidências de gênero e sexualidade, na maioria das vezes, de forma desumanizante. A “invasão das bichas” em Maceió acontecia, sobretudo, no centro, aponta Isaac Freitas: homossexuais e travestis utilizavam a ladeira da catedral e seus arredores como um ponto de encontro, possivelmente pela ausência de casas noturnas e ambientes privados voltados para o público homossexual e travesti, ao contrário do que ocorria no mesmo período na cidade de Recife, onde os espaços públicos voltados para homossexuais eram fundamentais. Em seu capítulo “Pontos de encontro e desencontro: a sociabilidade e o cotidiano de homossexuais em ruas, cinemas, bares e boates na cidade do Recife (1970-1980)”, presente no livro *Novas fronteiras das histórias LGBTQI+ no Brasil*, Sandro Silva (2023) pensa a cidade do Recife, no mesmo período, como um espaço de liberdade utópica. Talvez Maceió exercesse o mesmo fascínio sobre os homossexuais e travestis que migravam para a capital alagoana.

Mesmo com espaços reduzidos, pode-se imaginar que, para homossexuais e travestis, Maceió poderia ser vivida como um lugar de subversão e inovação de novos costumes que ultrapassavam suas vivências em seus lugares de origem. Esses sujeitos impedidos de migrar para os grandes centros possivelmente encontravam em Maceió uma alternativa à sociabilidade cisheteronormativa. Anos depois, Maceió ganharia nas páginas do jornal *Lampião da Esquina* um roteiro homossexual⁵⁹ de lugares de sociabilidade, como mostrado em “Gay é liberdade: homossexualidades em Maceió (AL) na abertura”, do historiador Elias Veras (2021).

Pensar a sexualidade como um fator social que pode ser contido ou liberado, dependendo da organização social (Sherry Wolf, 2021), nos leva a considerá-la como um fator decisivo para alguns sujeitos migrarem para Maceió, mesmo sob o domínio da ditadura civil-militar. É necessário entender que a migração poderia possibilitar essas pessoas de terem vidas privadas e que a cidade de Maceió poderia ser vivida como um lugar de subversão e invenção de novos costumes (Sandro Silva, 2023). Nesse contexto de transformação socioespacial aconteceu a “Operação pederasta”.

Na edição de 5 de novembro de 1969 do *Gazeta de Alagoas*, foi publicada uma matéria nas páginas policiais que traz como título “Um preso pela ‘Operação pederasta’”. O texto informava a prisão de Nelsita, que, apesar de aparecer com o nome masculino e nome feminino como escárnio, possivelmente se tratava de uma travesti, ainda que sua identidade de gênero não apareça sendo reconhecida, apesar de o foco ao longo do texto ser sobre a sua sexualidade e/ou a identidade de gênero dis-

59 O presente roteiro aparece nos capítulos “Invasão de mariposas e pederastas”: sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) na ditadura civil-militar”, de Isaac Freitas da Silva Filho, e “Maceió grita socorro!”: violências contra pessoas LGBTQIA+ em Alagoas (1970-1980)”, de Harmie A. da Silva.

sidente. O motivo informado pelo delegado da Delegacia de Roubos e Furtos é o suposto furto de NCr\$ 6,00; contudo, em nenhum momento é apresentado a quem a pessoa acusada teria furtado. Apesar do motivo informado, podemos entender que a causa da sua prisão é sua sexualidade e/ou identidade de gênero dissidente.

UM PRÊSO PELA POLÍCIA NA “OPERAÇÃO PEDERASTA”

Somente o homossexual [...], conhecido pelo vulgo “Nelsita”, foi preso na manhã de ontem, e levado para a Delegacia de Roubos e Furtos pelos policiais que estão promovendo a “Operação Pederasta”.

“Nelsita” Cozinheiro de uma residência no bairro do Farol, foi acusado de furto de NCr\$ 6,00 e será interrogado pelo delegado [...], que poderá removê-lo para o Presídio Velho após cadastrá-lo naquela especializada. A “operação” está obtendo êxito total pois os homossexuais já estão foragindo.

VIAJARÁ

Disse “Nelsita” que ao ser liberado da Delegacia de Roubos e Furtos irá embora de Maceió para Palmeira dos Índios, onde procurará um emprego de cozinheiro, ficando para sempre naquela cidade interiorana pois afirmou: “ali reina a tranquilidade”.

Acrescentou ainda, que seus próprios amigos são culpados de sua prisão, não avisando da “Operação Pederasta” sendo agarrado de surpresa pelos policiais.

FAXINA

Ontem pela manhã “Nelsita” Foi incumbido da faxina da Delegacia de Roubos e Furtos tendo o Chefe de Serviço [...] prometido liberá-lo após a realização da limpeza

daquela especializada (*Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 nov. 1969, p. 5).

Nelsita é apresentada como “trabalhador, cozinheiro em uma residência do Farol”, sendo destacado que foi obrigada a realizar a limpeza da Delegacia de Roubos e Furtos para conseguir a possibilidade de ser solta. Ao ser entrevistada, diz que ao sair da prisão retornará para Palmeira do Índios, buscando trabalho e a tranquilidade da vida no interior. Com base na leitura da reportagem, tomo como hipótese que ela é publicada com o intuito de ameaçar os sujeitos homossexuais e travestis de Maceió e os que estão migrando para a cidade, visto que a reportagem termina com uma fala do Major, lotado na Secretaria de Segurança do Estado: “[...] Secretaria de Segurança Pública, está no encalço de outros homossexuais de Maceió, os quais ao que parece, fugindo receosos de ser presos.”

A publicação do *Gazeta de Alagoas* sobre a “Operação pederasta” também aparece como fonte no capítulo “Repressão e resistência LGBTQIA+ na ditadura civil-militar e na abertura em Maceió – AL”, de Elias Veras (2024). O historiador ressalta que a nomeação da operação faz uma atualização do discurso patologizante que surge no final do século XIX sobre o “homossexualismo” e os “desvios sexuais”. A relação do Estado e da imprensa nesse momento histórico, no processo de desumanização de homossexuais e travestis, se retroalimenta, pois a imprensa acaba funcionando como instrumento de comunicação do projeto da ditadura civil-militar, que visava ao higienismo moral, sexual e de classe na cidade de Maceió.

Nesse sentido, Elias Veras destaca também a construção linguística punitivista do *Gazeta de Alagoas* ao se referir a Nelsita, acometida pela violência da prisão, da obrigação de fazer trabalhos forçados e da proibição de ocupar espaços públicos, bem

como do não reconhecimento da sua identidade de gênero e de desumanização do seu corpo.

É importante notar o destaque dado pela reportagem à cidade de origem e de retorno de Nelsita: Palmeira dos Índios. Detalhes como origem, idade e profissão não são muito comuns na imprensa desse período ao retratar travestis e homossexuais. Por esse motivo, acredito que essas informações não estão ali ao acaso, assim como a matéria não parece estar nas páginas do *Gazeta de Alagoas* por acaso.

Para essas duas questões, suponho, primeiro, que a matéria foi encomendada ao jornal como um aviso da Secretaria de Segurança do Estado para homossexuais e travestis que migram e ocupam espaços públicos na cidade de Maceió, indicando que o Estado não permitirá sua existência nas ruas da cidade. Em segundo lugar, o detalhamento da origem de Nelsita pode se comunicar indiretamente com outros leitores, informando que esses indesejáveis não fazem parte da cidade de Maceió pensada pela ditadura civil-militar, mas sim sujeitos que vêm de fora e precisam ser mandados de volta seguindo com a invisibilização de sua identidade de gênero e sexualidade, ou seja, sua não existência pública.

Como lembra David Harvey (2012), “a cidade é para as pessoas e não para o capital”. Acrescentaria que a cidade também não é para projetos autoritários que a concebem como um espaço asséptico, sem a presença de homossexuais e travestis. Continuaremos migrando, quando necessário, para nos reinventarmos e reinventar os espaços, desafiando as estruturas sociais, legais e repressivas que limitam nossos desejos e identidades, enfrentando a ordem econômica e social capitalista que estrutura nossa opressão (Wolf, 2021).

Sobre Nelsita, pouco sabemos para além da reportagem da *Gazeta de Alagoas*. Gosto de imaginar que ela não tenha ido embora após ser libertada da prisão. Desistir e retroceder não

se comunicam em nada com as pessoas LGBTQIAPN+ que enfrentaram a ditadura e seus agentes. Prefiro acreditar que Nelsita permaneceu em Maceió, ocupando as ruas com seu corpo, intensificando os espaços de sociabilidade e aproveitando e contribuindo para a criação de novos espaços, até migrar para novos ares. Nelsita, assim como eu e milhares de pessoas LGBTQIAPN+, que migram das cidades do interior de Alagoas e continuam migrando com o desejo de viver como realmente são, é o reflexo de uma luta contínua de sujeitos que enfrentam o estigma, a repressão, a violência e o Estado, e que continuarão existindo a despeito de qualquer política que nos queira extintos. Parafraseando Conceição Evaristo (2016), combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer e continuamos lutando contra a repressão, pelo direito à memória e pelo fim da opressão LGBTQIAPN+fóbica.

Considerações finais

Há cinco anos, quando iniciei minhas pesquisas sobre as identidades que hoje compreendemos como LGBTQIAPN+ durante a ditadura civil-militar em Alagoas, busquei, com ímpeto juvenil, nas fontes da época aquilo que conhecia sobre resistência no período: heróis, mártires e militantes organizados em partidos políticos e movimentos sociais. No entanto, grande foi minha decepção ao perceber que nossa presença era aparentemente inexistente nesses espaços. Parecia que sequer tivéssemos existido em Maceió no período.

Quando refletimos sobre as resistências durante a ditadura civil-militar, geralmente imaginamos aspectos da oposição organizada em partidos políticos e movimentos sociais. Pensamos na luta armada e no enfrentamento direto à ditadura, aspectos amplamente reconhecidos e registrados na historiografia e na memória coletiva, apesar das tentativas negacionistas

de apagar essas dissidências. Os participantes dessas lutas são frequentemente retratados como heróis do povo, líderes populares lutando pelo fim da ditadura e por uma nova ordem social que “mude” a estrutura da sociedade. Mas essas foram as únicas formas de resistência contra a ditadura?

Quando falamos de formas de resistir, é importante considerar também as experiências de gênero e sexualidade dissidentes da cisheteronorma. Elas continuam sendo invisibilizadas, mesmo por aqueles que se propõem a construir uma história e memória “vista de baixo” e dos vitimados nesse período. As exclusões e negações dos direitos à memória das pessoas LGBTQIAPN+ nos lembram que, mesmo antes da implementação da ditadura, não erámos reconhecidas como sujeitos plenos de direitos pelo Estado brasileiro. Nesse contexto, para aqueles/as que ainda tentam escrever a história por uma via tradicional, as pessoas LGBTQIAPN+ são exemplos de como a legitimidade da cisheteronormatividade perpetuou não apenas a invisibilidade dessas experiências, mas também a desumanização desses sujeitos, negando-lhes o direito à história e à memória.

Pensar no nosso direito à história e à memória talvez seja um pouco mais complexo para a historiografia tradicional e para algumas organizações políticas, pois não tivemos a oportunidade de nos tornarmos heróis, e a maioria de nós nem teve condições para se organizar da maneira tradicional, em partidos políticos. Porém, analisando as minhas fontes, uma nova perspectiva emerge, visibilizando nossas presenças durante a ditadura civil-militar em Maceió. Sim, nós estávamos aqui! Fomos registrados nas páginas dos jornais, migramos para buscar vivenciar novas formas de sociabilidade, ocupando a cidade, enfrentando a violência LGBTQIAPN+fóbica, sendo assassinados, lutando para sobreviver da melhor maneira possível, sendo perseguidos pelo Estado por meio de ações policiais que criminalizavam

nossas existências. Nós estávamos construindo outra forma de sociabilidade que enfrentava a ordem moral-sexual da ditadura civil-militar. Nós continuamos aqui resistindo contra a violência e o esquecimento.

No ano da publicação deste livro, completam-se sessenta anos do golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil. É necessário questionarmos: quem tem o direito à história e à memória? Continuaremos a privilegiar apenas as narrativas cisheteronormativas e brancas, relegando outras vivências ao esquecimento? Estamos dispostos a romper com o legado da ditadura, que perpetuou a nossa desumanização?

Paulo Henrique dos Santos Araújo é graduando em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), bissexual, militante LGBT comunista e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade - GEPGHS. E-mail: pauloaraujocw@gmail.com.

Referências

BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. *Diário Oficial da União*: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistências e busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2021. p. 27-52.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In: EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 84-93.

GREEN, James N. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes*: do direito à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. David Harvey: “cidades são para pessoas, não para o capital”. Fundação Rosa Luxemburgo, 11 dez. 2012. Disponível em: <https://rosalux.org.br/david-harvey-cidades-sao-para-pessoas-nao-para-o-capital-2/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

LENA, Fernanda Fortes de. *Internal migration trajectories of sexual minorities in Brazil / Trajetórias migratórias de minorias sexuais no Brasil*. 2022. 158f. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79-90.



QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. 329f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Crislanne Maria dos. *“As mariposas pousam ao entardecer”*: prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980). 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SILVA, Sandro. Pontos de encontro e desencontro: a sociabilidade e o cotidiano de homossexuais em ruas, cinemas, bares e boates na cidade do Recife (1970-1980). In: SOUTO MAIOR, Paulo; QUINALHA, Renan (orgs.). *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*. São Paulo: Elefante, 2023. p. 301-320.

SILVA FILHO, Isaac Freitas da. “Invasão de mariposas e pederastas”: sociabilidades dissidentes e subversivas em Maceió (AL) (1970). In: SODÓ, Roberta; VERAS, Elias Ferreira (orgs.). *(In)Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024. p. 385-417.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. “Bonecas: faxina depois do desfile”: a atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira (1968 a 1978). In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 131-148.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. “Metronormatividades” nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. *Áskesis - Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 23-23, 2015. Disponível em: https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/8/pdf_2.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERAS, Elias Ferreira. 'Gay é liberdade': homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. In: RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 171-184.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis: carne, tinta e papel*. Curitiba: Editora Prisma, 2017.

VERAS, Elias Ferreira. Repressão e resistência LGBTQIA+ na ditadura civil-militar e na abertura em Maceió-AL. In: ALMEIDA, Anderson S.; TAVARES, Marcelo G. *Pacto de silêncio: o Golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas*. v. 2: Cultura, narrativas e trajetórias. Maceió: Edufal, 2024. (No prelo)

VIEIRA, Helena. "Jango Jezebel", fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito (orgs.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023. p. 164-186.

VIEIRA, Paulo. Mobilidades, migrações e orientações sexuais. Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias. *Ex aequo*, Lisboa, n. 24, p. 45-59, 2011.

WOLF, Sherry. *Sexualidade e socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.